SINDICATO VIGILANTES MINAS GERAIS

O VIGILANTE

FECHAMENTO AUTORIZADO. PODE SER ABERTO PELA ECT

Informativo do Sindicato dos Empregados das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte - MG, dezembro de 2017

FITV CONTRASP CTB

CAMPANHA SALARIAL 2018

União e mobilização são as armas para barrar o retrocesso trabalhista

A Campanha Salarial Unificada dos Vigilantes de Minas Gerais de 2018 já começou. Participam da Campanha o Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais, Sindicato dos Vigilantes de Juiz de Fora, Sindicato dos Vigilantes de Montes Claros, Sindicato dos Vigilantes de Uberaba e o Sindicato dos Vigilantes de Uberlândia.

A primeira reunião de negociação entre os trabalhadores e os patrões foi realizada no dia 22 de novembro. Logo de cara, a patronal já mostrou suas garras, demonstrando que a luta na mesa de negociações demandará muita disposição, mobilização e participação de toda a categoria.

Além de lutar por um aumento salarial com ganho real; reajuste dos tíquete alimentação e da cesta básica; pela participação nos resultados; planos de saúde e odontológico gratuito para os vigilantes e seus familiares; e melhoria das condições de trabalho, entre outros, a categoria terá pela frente o desafio de garantir a renovação das cláusulas da atual Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), principalmente nesse momento em que a patronal tenta implementar, a todo custo, as regras da nova legislação trabalhista, que entrou em vigor em novembro e retira direitos fundamentais dos trabalhadores.

Para barrar quaisquer tentativas de retrocessos na Convenção Coletiva, a união, mobilização e participação serão as principais armas dos trabalhadores frente à sanha dos patrões.

Portanto, todos e todas à luta até a vitória! ***PÁGINA 3***

Se a reforma da Previdência for aprovada vigilantes serão muito prejudicados
PÁGINA 2

Projeto do Estatuto da Segurança Privada entra na pauta de votação do Senado
PÁGINA 2

Previdência: vigilantes serão muito prejudicados se reforma for aprovada

Os trabalhadores da vigilância privada sofrerão mais um duro golpe em seus direitos se a reforma da Previdência Social que o governo golpista e ilegítimo de Michel Temer (PMDB) for aprovada pelo Congresso Nacional. A proposta, que afetará toda a classe trabalhadora, poderá ser colocada em votação na Câmara dos Deputados ainda este mês.

Em 1995, a categoria passou por uma experiência extremamente negativa, quando o governo de Fernando Henrique Cardoso retirou dos vigilantes a aposentadoria especial. Na época, muitos pensavam que a medida não seria prejudicial aos trabalhadores, mas, hoje, o que se constata é que os vigilantes com mais de 55 anos estão enfrentando enormes dificuldades para se aposentar, devido aos prejuízos causados pela reforma daquele ano.

A reforma proposta agora por Temer é ainda pior do que a realizada em 1995, pois retira a possibilidade de quem já tem direito adquirido, ou seja, que trabalhou durante 25, 30, 35 anos, de se aposentar.

Com essa reforma, quem hoje tem 55 anos de idade terá que trabalhar mais 10 ou até 15 anos para conseguir a posentadoria. Ainda assim, corre o risco de não conseguir se aposentar nem aos 65 anos.

Mobilização e resistência

Para impedir que a reforma da Previdência seja aprovada, a exemplo da reforma trabalhista, que resultou em prejuízos inimagináveis para os trabalhadores e suas entidades de classe, no dia 5 de dezembro a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), central à qual o Sindicato é filiado, realizou uma manifestações e atos públicos nas principais cidades do País.

Em Belo Horizonte, a manifestação, que contou com a participação de diretores e funcionários do Sindicato e de dirigentes de sindicatos filiados à central, foi na Praça Sete, no centro.

Até a votação no Congresso Nacional, a CTB e seus sindicatos filiados em todo o Brasil pretendem manter a mobilização e resistir.

O objetivo é pressionar os deputados e senadores e mostrar-lhes o quanto a reforma da Previdência que está sendo imposta aos trabalhadores pelo governo Temer, sem qualquer debate com a sociedade civil organziada, poderá ser nefasta para a classe trabalhadora. Para tanto, as entidades contam com o apoio e participação dos trabalhadores e trabalhadoras no movimento, que interessa a todos.

Projeto que cria o Estatuto da Segurança Privada entra na pauta de votação do Senado

O Senado deverá votar, a qualquer momento, o projeto Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) 6/2016, que institui o Estatuto da Segurança Privada. A previsão era de que a proposta, que ganhou regime de urgência no final de novembro, fosse votada no dia 29 passado, o que não ocorreu.

Aprovado em 2016 pela Câmara dos Deputados, o projeto trata dos serviços de segurança privada e da segurança das instituições financeiras; funcionamento das escolas de formação; uso de produtos controlados de uso restrito, armas de fogo e de menor potencial ofensivo; prestação do serviço em espaços de uso comum, estabelecimentos públicos e privados e áreas públicas; requisitos para exercício profissional, bem como do direito a seguro de vida, assistência jurídica e piso salarial fixado em acordos e convenções coletivas, que também podem ajustar a jornada de trabalho.

Traz ganhos significativos para a categoria, principalmente no que diz respeito à geração de emprego, valorização e reconhecimento dos trabalhadores e à segurança. O texto contém, ainda, avanços como a obrigatoriedade de porta giratória e divisória entre a fila e a bateria de caixas nas agências bancárias.

Polícia Privada

O Sindicato tem sido consultado sobre a criação de uma suposta “Polícia Privada”, cujo assunto tem sido divulgado nas redes sociais. Ao contrário da “notícia” que circula na internet, a criação da tal “Polícia Privada” não consta no projeto que cria o Estatuto da Segurança Privada.

Uma petição pública e uma ideia legislativa para que a Segurança Privada passe a se chamar Polícia Privada chegaram a ser abertas, mas nenhum projeto nesse sentido encontra-se em tramitação no Congresso. Portanto, fique atento às falsas notícias, que não correspondem à realidade e criam falsas expectativas.

EXPEDIENTE

O Vigilante - Informativo do Sindicato dos Empregados das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Gerais. Presidente: Edilson Silva. **Coordenador de Imprensa:** Afonso Nonato Neto. **Jornalista responsável:** Eliezer Dias (MG 06553JP). **Diagramação e ilustração:** Elvis. **Sede:** Rua Curitiba, 689, 9º andar, Centro, Belo Horizonte/MG. Telefax: (31) 3270-1300. **Subsede Vale do Aço:** Rua Caxambu, 50, Centro, Ipatinga/MG. Telefax: (31) 3823-9083. **Subsede Sul de Minas:** Rua Marechal Deodoro, 524, Centro, Pouso Alegre/MG. Telefax: (35) 3423-3318. **Clube dos Vigilantes:** Rua Sindicalista Lúcio Guterres, 537-A, bairro Chácaras Cotia (Nacional), Contagem. **E-mail:** imprensa@ovigilante.org.br. **Site:** www.ovigilante.org.br

Negociações da Campanha Salarial de 2018 já estão em andamento

As negociações da Campanha Salarial Unificada dos Vigilantes de Minas Gerais de 2018 já estão em andamento - a data-base da categoria é o mês janeiro. A primeira reunião entre o Sindicato, as demais entidades representativas dos trabalhadores no Estado e a representação patronal foi realizada no dia 22 de novembro, em Belo Horizonte.

Na reunião, as partes deram início ao debate das reivindicações dos trabalhadores, definidas nas assembleias realizadas em todo o Estado, em outubro (confira no quadro as principais reivindicações da pauta, entregue à representação patronal no dia 10 de novembro).

"Confome esperado, na primeira reunião, a patronal demonstrou a intenção de aplicar, na íntegra, a reforma trabalhista imposta pelo governo ilegítimo e golpista de Michel Temer (PMDB), que entrou em vigor no dia 11 de novembro. O objetivo dos patrões é por em prática toda a nova lei, aprovada pelo Congresso Nacional, que extingue direitos históricos conquistados com luta, sangue e vidas de muitos trabalhadores e significa um enorme retrocesso para a classe trabalhadora", explica o presidente do Sindicato, Edilson Silva.

Empenho e mobilização

Mas, segundo Silva, as entidades representativas dos vigilantes não se deixaram intimidar e estão empenhadas para garantir a renovação das cláusulas da atual Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e evitar que a categoria sofra quaisquer retrocessos em seus direitos trabalhistas.

"As negociações da Campanha Salarial nunca foram fáceis. Sempre exigiram muito empenho e determinação de nós, dirigentes sindicais, para mantermos os direitos conquistados e avançarmos nas conquistas. Porém, não podemos abrir mão da participação do conjunto dos trabalhadores, que ampliam a nossa força e voz. Por isso, é muito importante que todos permaneçam mobilizados e participem de todas as atividades e assembleias que serão convocadas pelo Sindicato e as demais entidades representativas dos vigilantes durante a Campanha, a fim de alcançarmos êxito nas negociações", antecipa Silva.

Principais reivindicações da Campanha Salarial

- Reajuste salarial de 100% da inflação mais ganho real de 5%
- Manutenção das conquistas já convencionadas
- Participação nos resultados
- Plano de saúde e odontológico gratuito aos trabalhadores e familiares
- Fornecimento de 30 tíquetes alimentação de R$ 20,00 ao mês
- Melhoria das condições de trabalho

Confira os prazos para recebimento do 13º salário

Conforme determina a Convenção Coletiva de Trabalho dos Vigilantes de Minas Gerais (CCT), as empresas têm até o dia 10 de dezembro para fazer o pagamento do 13º salário a seus empregados em parcela única.

As empresas que optaram por dividir o pagamento do benefício em duas parcelas, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), comunicaram ao Sindicato a decisão e efetuaram o pagamento da primeira parcela até o dia 30 de novembro deverão quitar a segunda até o dia 20 deste mês.

Aquelas que não informaram ao Sindicato a intenção de dividir o 13º em duas parcelas, deverão fazer o pagamento do valor integral, obrigatoriamente, até o dia 10.

Para saber quando vai receber o 13º salário, o trabalhador deve entrar contato com a empresa em que trabalha e se informar. Algumas empresas, entretanto, já informaram ao Sindicato que iriam fazer o pagamento dividido em duas vezes (confira a relação no site e Facebook do Sindicato).

Os trabalhadores que não receberam a primeira parcela no dia 30/11 devem aguardar o pagamento do valor total até o dia 10/12. Se até essa data o 13º salário não for quitado, denuncie imediatamente ao Sindicato para que as providências sejam tomadas.

DIA-A-DIA DA CATEGORIA

De olho no patrão!

Fiscalização a empresas em grandes eventos é intensificada

Assim como não tem medido esforços no combate à vigilância clandestina, o Sindicato também tem intensificado a fiscalização às empresas regulamentadas que prestam serviços em grandes eventos e não têm cumprido a Convenção Coletiva de Trabalho dos Vigilantes (CCT).

Exemplo disso são a GP Vigilância e a CY Security. Mesmo legalizadas, essas empresas têm insistido em descumprir a Convenção Coletiva, atrasando fequentemente o pagamento dos salários a seus empregados.

Além de notificá-las, o Sindicato também já acionou sua assessoria jurídica para que adote outras providências para garantir os direitos dos trabalhadores dessas empresas.

Assim, o Sindicato solicita aos vigilantes que prestaram serviços em grandes eventos e que não receberam seus direitos que entrem em contato com a entidade e denuncie, para que as providencias sejam tomadas.

O telefone do Sindicato é (31) 3270-1300.

Sindicato fecha cerco à Servisan para que regularize o pagamento de salários e benefícios

Há mais de quatro meses, a Servisan vem atrasando o pagamento dos salários e do plano de saúde e atrasando o fornecimento do tíquete alimentação e da cesta básica a seus empregados.

O Sindicato tem atuado firmemente para que a empresa regularize a situação e, após duas reuniões na sede da entidade, a Servisan quitou parte dos salários e benefícios devidos a seus funcionários.

Como ainda existem salários em atraso e o plano de saúde se encontra suspenso, o Sindicato está adotando as providências necessárias para que a empresa coloque em dia os direitos dos trabalhadores o mais breve possível.

Sindicato luta para garantir direitos dos vigilantes da Uniserv/BB

A Uniserv não pagou a seus ex-empregados que prestavam serviços no Banco do Brasil a multa de 40% sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), recolhido em atraso, bem como os honorários assistenciais sindicais.

A empresa também não fez o pagamento do aviso aos empregados que não foram reaproveitados. Já a multa do FGTS dos trabalhadores foi paga a menor.

A Justiça do Trabalho determinou o bloqueio de R$ 142.128,98 da empresa para o pagamento da multa de 40% sobre o FGTS recolhido em atraso, cujo valor total é de R$ 174.562,13. Portanto, a Uniserv ainda terá que complementar o valor de R$ 32.433,15.

Esses valores foram acordados nos autos e na audiência de conciliação realizada no dia 28 de novembro. Foi homologado o acordo para pagamento dos 40% sobre o FGTS recolhido em atraso, ficando a empresa obrigada a fazer o pagamento até o dia 7 deste mês.

Em relação à multa de 40% sobre o montante do FGTS pago a menor, será preciso executar nos próprios autos, pois a empresa alegou não ter esse valor e está aguardando o recebimento de recursos de outros setores, cujos valores seriam suficientes para quitar o débito.

Quanto ao aviso prévio para os empregados não reaproveitados que são 31, a empresa já adiantou que não vai pagar na ação coletiva, que é para os empregados ajuizarem individualmente.

CJF e Banco do Brasil são condenados em ação movida pelo Sindicato no Vale do Aço

O Sindicato, por meio do seu Departamento Jurídico, ajuizou uma ação coletiva em Coronel Fabriciano, no Vale do Aço, contra a CJF Vigilância e o Banco do Brasil (subsidiariamente), para garantir os direitos dos trabalhadores da empresa que prestavam serviços na instituição bancária. Ambos foram condenados em primeira e segunda instâncias e os autos se encontram conclusos com a ministra relatora no Agravo de Instrumento em recurso de Revista (AIRR) impetrado pelo banco.

Empréstimo: Lancini mantém plantão no Sindicato para atender associados

A Lancini, empresa especializada em empréstimo consignado, manterá a partir do dia 11, um plantão na sede do Sindicato, em Belo Horizonte, para orientar os trabalhadores associados interessados em obter uma grana extra com taxas especiais, agilidade e segurança no atendimento, sem burocracia e prazo de pagamento em até 36 meses. O atendimento, presencial ou por telefone, será às terças, quartas e quinta-feiras, das 8h às 17h. Em outubro, o Sindicato firmou um convênio com a Lancini para oferecer empréstimo consignado a seus associados, conforme prevê a Convenção Coletiva. Para mais informações ligue: (31) 3270-1300.

Sindicato e Clube entrarão em recesso

O Sindicato informa que a sede e subsdeses da entidade e o Clube dos Vigilantes estarão de recesso neste fim de ano. A sede e subsedes estarão fechadas de 22 de dezembro a 2 de janeiro e o Clube dos Vigilantes não funcionará no período de 21 de dezembro a 3 de janeiro. O Sindicato também comunica que o campo de futebol soçaite do Clube estará interditado até março para manutenção do gramado.